

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO**
- 3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**
- 4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO: www.portaldecompraspublicas.com.br**
- 5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**
- 6. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA DO MELHOR CLASSIFICADO**
- 7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 8. DA HABILITAÇÃO**
- 9. DOS RECURSOS**
- 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 12. DO CADASTRO DE RESERVA**
- 13. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 15. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**
- 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ANEXOS

ANEXO I - Especificações do Objeto

Modelos dos Produtos

Anexo “A” Das Especificações – Anexo I

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

MODELOS

Modelo 1 - Declaração de Compromisso

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

PREÂMBULO

Órgão Interessado:	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte –SEISTT
Processo:	2017017164
Regime Legal:	Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações da 147/2014, Lei Municipal nº 2.024/2016, Lei Complementar Municipal nº 178/2008 e Decretos Municipais nºs. 34/2006, 415/2013, 946/2015 e 1.031/2015, e Resolução TCE/TO nº 181/2015.
Tipo Licitação	MENOR PREÇO POR ITEM
Exame do Edital:	Superintendência de Compras e Licitações localizada na Quadra 802 Sul, Av. NS-02, APM 15-B, 3º piso do prédio do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas, PREVIPALMAS, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.023-006.
Retirada do Edital e Local da Sessão:	www.portaldecompraspublicas.com.br
Data da Sessão:	31/05/2017
Hora da Sessão:	09h00min (horário de Brasília/DF)
Recebimento propostas:	Início em 19/05/2017 às 18:00 horas e Término em 31/05/2017 às 08:45min
Limite para Impugnação:	29/05/2017 às 09h:00min (horário de Brasília/DF)
Informações:	Telefones (63) 2111-2736 / 2737 em horário comercial E-mail cplpalmas@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1. Este pregão para registro de preços tem por objeto a futura aquisição de materiais de sinalização (cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros), para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. As quantidades constantes na especificação do ANEXO I são estimativas, podendo a Administração não contratar a totalidade das mesmas.

1.3. Não será permitida a indicação de cota mínima a ser registrada.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, desde que satisfaça às exigências deste edital e devidamente cadastradas no portal, site www.portaldecompraspublicas.com.br, exceto consórcio.

2.2 Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123 e, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da 147/2014, onde:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

2.2.1 Deverão atender a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, devidamente cadastradas no portal da, site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2.2 Para comprovação de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

2.2.3 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações da 147/2014, são considerados:

2.2.3.1 Microempresa – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

2.2.3.2 Empresa de Pequeno Porte – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

2.3 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da 147/2014, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.4 Não poderá participar desta licitação a empresa que:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- a) Tiver sido declarada inidônea na administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- b) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Municipal de Palmas;
- c) Incidir no estipulado no art. 9.º da Lei nº. 8.666/93;
- d) Tenha sofrido decretação de falência ou dissolução, bem como aquele que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com o deste Pregão;
- f) Estiverem reunidas sob forma de consórcio;
- g) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- h) Incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

2.5 A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha relativa ao licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços até a data e horário previstos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

2.6 Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação aquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 e Lei Complementar Municipal nº 178/2008, independente de qualquer transcrição.

2.7 Para uso das prerrogativas previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações da 147/2014, para as Microempresas e Empresas de pequeno Porte, as licitantes deverão declarar e comprovar seus requisitos no momento do seu cadastramento/credenciamento no site www.portaldecomprapublicas.com.br.

2.8 Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme artigo 48, incisos I e II, onde:

2.8.1 Os itens 01 e 07 são subdivididos em: denominados como cota principal de ampla concorrência, podendo participar todas as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado neste certame e; denominados cota reservada, com reserva de 24% para participação de ME/EPP, microempreendedor individual – MEI, e sociedade cooperativas de consumo, do ramo pertinente ao objeto licitado neste certame;

2.8.2 Os demais itens são exclusivos para participação de ME/EPP, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas, do ramo pertinente ao objeto licitado neste certame;

3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 2 (dois) dias úteis antes da abertura do certame.

3.2. As impugnações, pelos licitantes, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da abertura do certame, em observância às determinações contidas no art. 41 da Lei 8.666/93.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

3.3. As respostas dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações também serão realizadas pelo mesmo meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO www.portaldecompraspublicas.com.br

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto pela website: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. As empresas licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico. Sendo sócio proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Palmas – Tocantins, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.4. O *login* e a senha poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa desta Prefeitura Municipal de Palmas e do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1. Do envio das propostas de preços pelo sistema eletrônico.

5.1.1. Os fornecedores credenciados interessados em participar do pregão eletrônico, deverão enviar suas propostas de preços, utilizando, para tanto, exclusivamente, o sistema eletrônico do site www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

5.1.1.1. Antes do envio da proposta de preços, o fornecedor deverá efetuar a retirada do edital eletronicamente, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2. As empresas que apresentarem propostas para participação no Pregão na forma Eletrônica, automaticamente estarão prestando declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o disposto no art. 4º, VII, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

5.1.3. O representante credenciado observará as condições do Edital, disponível na lista de editais, observará as condições e exigências previstas e condicionantes do objeto do certame, manifestará, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista neste edital e inserirá sua proposta inicial para o objeto deste certame, até a data e horário previsto no preâmbulo deste ato convocatório.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.1.4. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as cláusulas deste Edital.

5.1.5. A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.1.6. Caberá à empresa licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.7. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá preencher o campo PREÇO UNITÁRIO, encontrado na tela, com o preço unitário proposto para cada um dos itens especificados no ITEM 1 (OBJETO) deste edital, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais após a vírgula, sendo desclassificada a proposta ou o lance que seja apresentado de forma diversa.

5.1.8. Nos preços cotados na proposta deverão estar incluídos todos os valores incidentes, tais como taxas, impostos, fretes e outros, os quais deverão ser os praticados na data da abertura da proposta.

5.1.8.1. Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Prefeitura Municipal de Palmas.

5.1.9. O proponente terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o encaminhamento desta. Uma vez encerrado o tempo previsto, o sistema não permitirá a alteração ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

5.1.10. O PROPONENTE DEVERÁ INSERIR SUA PROPOSTA DE PREÇOS, NO SISTEMA ELETRÔNICO, COM O PREÇO UNITÁRIO DOS PRODUTOS OFERTADOS E, GLOBAL DA PROPOSTA.

5.2. Da abertura e do julgamento das propostas de preços.

5.2.1. Na data e horário previstos no preâmbulo deste edital serão abertas as propostas de preços, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

5.2.1.1 O PREGOEIRO iniciará a abertura dos itens na ordem estabelecida na especificação do objeto, ANEXO I deste edital.

5.2.2. . SERÃO DESCLASSIFICADOS OS LANCES FINAIS QUE ESTIVEREM ACIMA DO VALOR ESTIMADO NO CERTAME.

5.2.3. O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

5.2.4. O prazo de validade da proposta comercial não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas. Em caso de omissão do licitante, considerar-se-á o prazo mínimo exigido.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.2.5. Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios, ou com valor zero e ainda, vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais licitantes. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas nesta licitação, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste edital.

5.3. Da sessão de disputa e da formulação de lances.

5.3.1. A partir do horário previsto neste edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

5.3.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.3.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.3.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance anteriormente registrado no sistema.

5.3.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.3.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

5.3.7. A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

5.3.8. Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá ocorrer o encerramento da sessão pública, por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, de até trinta minutos, findo o qual será encerrado o recebimento de lances.

5.3.9. Encerrada a etapa competitiva o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido um menor valor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.3.10. O pregoeiro anunciará o licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão do pregoeiro sobre a aceitação do lance de menor valor. Caso não haja lances, o licitante vencedor será aquele que houver ofertado a melhor proposta inicial.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.3.11. No caso de haver desconexão do pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.3.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.3.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro de data diversa.

5.3.14. Caso a empresa detentora da melhor proposta venha a ser desclassificada ou inabilitada, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5.3.15. No caso de convocação de empresas subsequentes previstos no item anterior, os documentos de habilitação serão considerados válidos e em dia a partir da data da convocação.

5.4. Do Direito de Preferência

5.4.1. Encerrada a etapa de lances, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123 e alterações da 147/2014, conforme segue:

5.4.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 5% (por cento) superiores à primeira classificada desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.4.1.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, enquadrada no subitem 5.4.1.1, mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, situação em que passará à condição de primeira colocada;

5.4.1.3. Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no subitem 5.4.1.1, para o exercício do mesmo direito;

5.4.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.4.2.1. Encerrando-se como deserto ou fracassado o item com cota reservada, será oportunizado ao vencedor da cota principal a inserção de sua proposta, no prazo de até 30 (minutos), a ser determinado pelo pregoeiro, devendo a empresa manter a descrição/marca e valor do produto ofertado, no caso do subitem anterior.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.4.3. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 5.4.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

5.4.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 5.4.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4.5. **A licitante que sagrar-se vencedora tanto para o item destinado a cota reservada de 24% para ME/EPP, como para o mesmo item de ampla concorrência, prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles.**

5.5. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

5.6. Atendidas as exigências habilitatórias o Licitante será considerado vencedor.

5.7. O Pregoeiro adjudicará o respectivo objeto à licitante vencedora após a análise da proposta e documentos de Habilitação entregues nos termos deste edital

5.8. Poderão ser registrados, pelo preço do primeiro colocado, tantos fornecedores quantos concordarem, através da Ata de Registro de Preços.

5.9. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante que ofertou o melhor lance, o Pregoeiro suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

6. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA DO MELHOR CLASSIFICADO

6.1. Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, da sessão pública virtual, o melhor classificado deverá encaminhar a documentação exigida para habilitação, bem como o DETALHAMENTO DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS, atualizada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, para a Superintendência de Compras e Licitações localizada na Quadra 802 Sul, Av. NS-02, APM 15-B, 3º piso do prédio do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas, PREVIPALMAS, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.023-006.

6.2. O prazo para o encaminhamento do original e/ou cópia autenticada da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, será de **até 02 (dois) dias úteis**, a partir da data da sessão pública virtual, prorrogável por igual prazo a critério da Administração.

6.2.1. Caso a licitante faça o envio dos documentos de habilitação e proposta detalhada pelos correios, deverá postá-los via Express (Sedex ou aéreo), sob pena de imediata inabilitação, com o envio do código de rastreamento à Superintendência de Compras e Licitações pelo telefone (63) 2111-2737 ou pelo e-mail cplpalmas@gmail.com.

6.3. O Detalhamento da Proposta de Preços deverá ser apresentado datilografado ou digitado, redigido com clareza, sem emendas, rasuras, borrões não ressaltados, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração), e conter expressamente:

a) O número do Pregão Eletrônico, data e hora da sua realização;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- b) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e fax da empresa proponente;
- c) Especificações detalhadas do objeto proposto, conforme descrito no ANEXO I;
- d) O valor unitário do serviço, total do item/cota e o valor global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, no máximo com duas casas decimais;
- e) os produtos serão entregues em até 30(trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho, conforme quantidades solicitadas pela contratante;
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura da sessão;
- g) Dados bancários para recebimento (pagamento) em nome do licitante: nome e número do Banco, agência e conta corrente;
- h) Prazo de pagamento não inferior a 30 (trinta) dias, após atesto da nota fiscal.

6.3.1 Juntamente com a proposta o licitante deverá apresentar:

- a) catálogos originais de todos os itens propostos, com as especificações citadas ou superiores, que comprovem o atendimento das exigências descritas no Anexo' A' Termo de Referência, para análise e aprovação da Superintendência de Transito e Transporte da SEISTT.
- b) Declaração de que, caso seja vencedor e antes da homologação no certame, como objetivo de análise, fará a entrega dos produtos dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, e 07 conforme catálogo/amostras apresentados para o comissão de análise Técnica que será nomeada pela e aprovados pela Superintendência de Transito e Transporte da SEISTT, sob pena de desclassificação.

6.3.2 Poderá a Superintendência de Transito e Transportes da SEISTT solicitar amostras dos produtos, para as empresas cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preços e habilitação, que deverão ser encaminhadas para a comissão de análise técnica da SEISTT, localizada na Quadra 1212 Sul, Avenida LO-27, esquina com NS-10, CEP.: 77.153, Centro-Palmas/TO, de segunda a sexta-feira, horário da 08 às 12 e de 14 às 18 horas, para serem entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da solicitação.

6.3.2.1 A amostra deverá estar devidamente identificada com o número do Pregão Eletrônico, o nome da licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

6.3.2.2 Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.

6.3.2.3 O produto apresentado como amostra poderá ser aberto e submetido aos testes necessários, sendo devolvido à licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação.

6.3.2.4 Após a homologação do certame, a licitante terá até 60 (sessenta) dias para retirar a amostra no endereço em que foi entregue. Após esse prazo, não havendo a retirada da amostra, essa será descartada.

6.3.2.5 Será rejeitada a amostra que:

- a) Apresentar divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta.
- b) Apresentar qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

c) Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

6.3.3.6 A proponente de cuja amostra/catálogo tenha sido rejeitada pela Superintendência de Transito e transportes ou não entregá-la no prazo estabelecido sem justificativa aceita pela Superintendência Transito e Transporte, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, terá sua respectiva proposta desclassificada.

6.4. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligência destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações, prestadas pelo licitante, constantes de sua Proposta e de eventuais documentos a ela anexados.

6.5. O Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

6.6. Caso julgue necessário, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que evidencie a exequibilidade de seu lance ofertado:

a) Para comprovar a exequibilidade de sua proposta, o licitante deverá apresentar suas justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade do valor ofertado com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto, os quais poderão ser encaminhados para análise da Área Requisitante dos produtos a fim de que possa emitir parecer acerca da exequibilidade;

b) A Proposta considerada inexecutável será recusada pelo Pregoeiro, hipótese em que será convocado o próximo colocado, podendo negociar melhor valor para fins de aceitação.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Juntamente com a proposta a licitante vencedora do certame deverá apresentar:

a) declaração de que atende, no que couber, os critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na Instrução Normativa SLTMPOG nº 01, de 19/01/2010.

b) Declarar também que os produtos ofertados esta de acordo com a norma da ABNT NBR 14.644, emitido por laboratório associado a ABIPITI – Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica apto para fazer as análise, conforme o item 8.3 do ANEXO ‘A’ do Termo de Referência dos itens correspondente.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3 Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

8.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Após a verificação acima, a habilitação do licitante será aferida por intermédio dos documentos comprobatórios de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.3. A declaração de atendimento do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal deverá ser postada eletronicamente no momento de inserção da proposta no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.4. O Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Palmas - TO, dentro do prazo de validade e incluído juntamente com os documentos de habilitação, substitui os documentos dos itens 8.12, 8.13. e 8.15, desde que os documentos constem expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação.

8.5. No caso de apresentação do CRC para substituição de documentos de habilitação, o licitante deverá apresentar eletronicamente no momento da inserção de sua proposta no site www.portaldecompraspublicas.com.br, declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação.

8.6. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original, cópia autenticada ou cópia não autenticada acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pelo pregoeiro ou equipe de apoio, ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial.

8.7. Não serão aceitos documentos em forma de 'fax' e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

8.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) Em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz);
- c) Em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

8.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal.

8.10. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nesta seção anteriores implicará a **INABILITAÇÃO** do licitante.

8.11. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

8.12. Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- As empresas/entidades deverão apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa/entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais (IGP-DI) quando encerrados há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta, devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da empresa/entidade. Quando se tratar de sociedade anônima, o balanço referente ao exercício deve vir acompanhado de sua publicação no Diário Oficial ou jornal de grande circulação.
- Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados para a data da licitação pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.
- Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Comissão Permanente de Licitação se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas proponentes.
- Comprovação de possuir, na data de abertura do certame capital social ou patrimônio líquido de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) no valor estimado para contratação.
- Demonstrativo da capacidade econômico-financeira da empresa por meio dos índices: LG (Liquidez Geral), LC (Liquidez Corrente) e SG (Solvência Geral) mediante o preenchimento do quadro apresentado no – *Demonstrativo da Capacidade Econômico-Financeira* que deverão ser iguais ou maiores que 1,00 (um vírgula zero), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$LG = \frac{AC + RPL}{PC + ELP}$	$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$	$LC = \frac{AC}{PC}$
Onde: AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante RPL = Realizável a Longo Prazo ELP = Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total		

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- f) As empresas constituídas a partir de 2016 e 2017 deverão apresentar o Balanço de Abertura, na forma da Lei;
- g) As empresas optantes do “SIMPLES NACIONAL” não estão dispensadas de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis.
- h) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor do município ou região da sede da empresa.

8.14. Para a comprovação da **Qualificação Técnica** os licitantes deverão apresentar:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor do licitante, que comprove a realização, de maneira satisfatória, de fornecimentos compatíveis em características com o objeto desta licitação.

8.15. Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal (Alvará de Funcionamento – ou documento equivalente – válido e em dia), relativo ao estabelecimento do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de quitação de tributos federais, abrangendo a Dívida Ativa da União e quanto às Contribuições Previdenciárias e as de terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos estaduais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
- e) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos municipais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
- f) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho.

8.16. Havendo alguma restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal dos LICITANTES Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.17. A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal pelo LICITANTE implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao PREGOEIRO convocar os LICITANTES remanescentes para apresentação da proposta subsequente.

8.18. No julgamento da HABILITAÇÃO o (a) PREGOEIRO (A) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de HABILITAÇÃO.

8.19. Para fins de HABILITAÇÃO, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de Certidões constitui meio legal de prova.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, após o que lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. O prazo para interposição da intenção de recursos, exclusivamente no sistema eletrônico, será desde a fase de encerramento de lances eletrônicos até a data e hora final de interposição determinadas pelo pregoeiro e incluídas no sistema.

9.3. Concluído o julgamento da fase de habilitação, o pregoeiro assegurará o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos para inclusão da intenção de recursos.

9.4. O prazo para encaminhamento das razões do recurso iniciará a partir do aceite do pregoeiro no sistema eletrônico.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9.7. O prazo para decisão de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, após o qual a autoridade competente fará a adjudicação ao licitante vencedor.

9.8. A manifestação prévia do licitante para posterior interposição do recurso, durante a sessão pública, será realizada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

9.9. O encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, assim como o julgamento a ser proferido.

9.10. O recurso não terá efeito suspensivo, exceto quanto à habilitação ou inabilitação e julgamento das propostas.

9.11. Julgado o recurso, a decisão constará exclusivamente no sistema eletrônico, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará eletronicamente o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador da despesa.

10.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao Ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologação do procedimento licitatório, eletronicamente.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

11.1. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento de bens e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

11.2. Após homologação pelo Ordenador de Despesas, o adjudicatário será convocado para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da convocação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

11.3. A Ata de Registro de Preços, lavrada conforme ANEXO III, terá efeito de compromisso e validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação.

11.4. Uma vez convocado, caso o adjudicatário não assine a Ata de Registro de Preços, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

11.5. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços se dará no Diário Oficial do Município de Palmas, através do site portal.palmas.to.gov.br.

12. DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificada.

12.2. Os licitantes que se interessarem em reduzir seus preços previsto no item anterior, deverá manifestar sua intenção imediatamente após encerrada a etapa competitiva através do e-mail: cplpalmas@gmail.com, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.3. A apresentação de novas propostas, na forma do item anterior, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. As novas propostas deverão ser apresentadas juntamente com os documentos de habilitação em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da etapa competitiva e a devida manifestação.

12.5. Após a homologação, o registro de preços ainda observará, entre outras as seguintes condições:

- a) Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação original do certame;
- b) A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;
- c) O registro a que se refere os parágrafos anteriores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Municipal nº 946 de 14 de janeiro de 2015.

13. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Após a homologação do certame e assinatura da ata de registro de preços, o instrumento contratual será substituído pela nota de empenho, por se tratar de produto de entrega imediata, em conformidade com o § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93.

13.2 A adjudicatária será convocada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte para retirada do termo de empenho relativo ao objeto, devendo comparecer no

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

13.2. Fica facultado à Administração, quando o vencedor não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

13.3. A contratada não poderá subcontratar o objeto.

13.4. Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.

13.5. As despesas com a presente aquisição (*materiais de sinalização(cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros)*) correrão à conta da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transportes, na(s) dotação(ões) orçamentária(s), natureza(s) de despesa e fonte(s) consignados no item 5 do Termo de Referência, ANEXO II.

14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. As condições gerais para a realização dos fornecimentos estão estabelecidas no Termo de Referência constante no ANEXO II.

14.2. A empresa adjudicatária deverá fornecer os produtos solicitados (*materiais de sinalização(cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros)*), no prazo máximo de até 30(trinta) dias corrido após o recebimento da nota de empenho, conforme quantidades solicitadas pela Contratante.

14.3. Os produtos (*materiais de sinalização(cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros)*), deverão ser entregues no Almoxarifado no Central da Prefeitura da Palmas, quadra 1.212 Sul, Avenida LO 27.PALMAS/TO

14.4. Fica a empresa obrigada a fornecer os produtos (*materiais de sinalização(cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros)*) de comprovada qualidade, obedecendo as normas de padronização e qualificação aplicáveis em cada caso e a atender as exigências contidas nos ANEXOS I e II do edital.

14.5. A aquisição em desacordo com o Edital ou com qualquer inconsistência, serão rejeitados e implicarão na devolução dos mesmos, sem qualquer indenização, mesmo que detectado o vício após o recebimento provisório e deverão ser corrigidos pela contratada no prazo de até 03(três) dias a contar da data da notificação, e ainda, deverão ser refeitos, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e especificação no Anexo II - Termo de Referência do edital.

14.6. Todo transporte a ser efetuado para a realização do objeto deste Edital (*materiais de sinalização(cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros)*) e demais despesas, diretas e indiretas, será de única e total responsabilidade do proponente, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

14.7 O material será recebido **definitivamente**: no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

15. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

15.1. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e atesto das Notas Fiscais.

15.2. O preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irrevogáveis.

15.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

16. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Caso a licitante deixe de atender alguma das exigências durante a fase de licitação, poderão ser aplicadas às seguintes penalidades:

16.1.1. **ADVERTÊNCIA:** É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação, e será expedido pela Superintendência de Compras e Licitações.

16.1.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado da contratação imposta à Licitante, pela Superintendência de Compras e Licitações nos seguintes casos:

- a) Quando a licitante não mantiver sua proposta após a fase habilitação;
- b) Em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, após decorrido 5 (cinco) dias.

16.1.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto na Lei nº 8.666/93.

16.1.4. **SUSPENSÃO:** Da participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PALMAS:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Receber qualquer das multas previstas no subitem 16.1.2 e não efetuar o pagamento;
- d) Recusar-se a assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

16.2. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município, do Estado e da União.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

16.3. Em todos os casos sempre será observado o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

16.4. As penalidades pelo não cumprimento total ou parcial do fornecimento, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, são:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação, inclusive no caso de reposição do objeto rejeitado;
- d) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do fornecimento objeto desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Palmas, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 946/2015 e Leis subsidiárias;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

16.5. Quando o proponente não retirar ou não aceitar a nota de empenho na forma estabelecida, estará sujeito à multa do item 16.1.2 “b” e à penalidade do item 16.4 “e” ou 16.4 “f”, além de decair o direito ao fornecimento do objeto.

16.6. As sanções administrativas poderão ser aplicadas sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das ações penais cabíveis.

16.7. As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

16.8. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

16.9. As multas e penalidades serão aplicadas diretamente pelo órgão contratante através do ordenador de despesa, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

16.10. O proponente será cientificado, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer ao órgão ordenador da despesa.

16.11. Pela inobservância dos termos deste Edital poderá haver a incidência das penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.12. Incorrerá nas mesmas sanções do item anterior a empresa que apresentar documento fraudado ou falsa declaração para fins de habilitação neste certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

17.1. Os prazos mencionados neste edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Palmas, e serão sempre considerados em dias corridos, salvo se outra forma for prevista.

17.2. Para efeito de aplicação do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, se recaírem em data em que não haja expediente na Prefeitura Municipal de Palmas.

17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.4. A Administração se reserva o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito aos licitantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº. 8.666/93.

17.5. A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos decorrentes.

17.6. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

17.8. O pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

17.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. O resultado da licitação será divulgado no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e no Diário Oficial do Município de Palmas, através do site portal.palmas.to.gov.br.

17.11. Respeitados os prazos legais e os direitos dos licitantes, o pregoeiro, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, motivadamente, proceder alterações concernentes à licitação ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das propostas.

17.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.

17.13. Este edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como na Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Finanças, no endereço constante no preâmbulo, em horário comercial, onde poderá ser retirado gratuitamente em meio eletrônico ou mediante cópia em unidade de disco do interessado.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

17.14. Fica eleito o Foro de Palmas - TO para resolver questões relativas ao presente Edital.

17.15. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Finanças, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (063) 2111-2736 / 2737 ou e-mail cplpalmas@gmail.com.

Palmas, aos 17 dias do mês de maio de 2017.

Edinaldo Neir Moreira Soares
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

ANEXOS
ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item	Un	Qtde	Reserva de COTA	Especificações	Vlr Un	Vlr Estimado
1	PÇ	2.250	Cota principal ampla concorrência	Descrição: CONE PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA – Confeccionado em PVC extraflexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo do seu formato original, na cor laranja fluorescente, com proteção contra raios UVs, translúcido a fim de possibilitar a iluminação interna, altura mínima de 70 cm, peso entre 3 e 4 kg; com rebaixo para aplicação e proteção das faixas refletivas. O topo deverá ser flexível com abertura entre 4 e 5 cm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso, com base do tipo quadrada, medindo 38 x 38 cm, onde deverá conter identificação do fabricante, modelo e ano de fabricação. Sua base plana deverá possuir 8 sapatas, 4 nos cantos e 4 distribuídas proporcionalmente, para melhor fixação ao solo e passagem de água, evitando deslocamentos involuntários; acabamento sem emendas aparentes, sendo confeccionado em peça única. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 10 cm cada, em película autoadesiva flexível na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/2013 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: Brasão da fiscalização no colar superior e a inscrição “TRÂNSITO”, em letras na cor preta com aprox. 03 cm de altura no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição “PREFEITURA DE PALMAS” de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB; Garantia 1 ano contra defeitos de fabricação.	159,00	357.750,00
1a	PÇ	750	Exclusiva ME e EPP	Descrição: CONE PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA – Confeccionado em PVC extraflexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo do seu formato original, na cor laranja fluorescente, com proteção contra raios UVs, translúcido a fim de possibilitar a iluminação interna, altura mínima de 70 cm, peso entre 3 e 4 kg; com rebaixo para aplicação e proteção das faixas refletivas. O topo deverá ser flexível com abertura entre 4 e 5 cm de diâmetro para encaixe de sinalizador luminoso, com base do tipo quadrada, medindo 38 x 38 cm, onde deverá conter	159,00	119.250,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

				<p>identificação do fabricante, modelo e ano de fabricação. Sua base plana deverá possuir 8 sapatas, 4 nos cantos e 4 distribuídas proporcionalmente, para melhor fixação ao solo e passagem de água, evitando deslocamentos involuntários; acabamento sem emendas aparentes, sendo confeccionado em peça única. Aplicação de 02 faixas retrorrefletivas, com largura de 10 cm cada, em película autoadesiva flexível na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/2013 (todos requisitos). As faixas não poderão conter emendas e/ou soldas. Para identificação da propriedade do material, em um lado do cone, deverá possuir: Brasão da fiscalização no colar superior e a inscrição "TRÂNSITO", em letras na cor preta com aprox. 03 cm de altura no colar inferior. No lado oposto deverá ter a inscrição "PREFEITURA DE PALMAS" de forma indelével abaixo da faixa inferior. O cone deve estar de acordo com a NBR 15.071, conforme especificado pelo Anexo II CTB; Garantia 1 ano contra defeitos de fabricação</p>		
2	PÇ	100	Exclusiva ME e EPP	<p>Descrição: CONE BARRIL OU SUPER-CONE – Fabricado em polietileno linear de média densidade; Na cor laranja; Aditivado com agente anti UV para evitar a descoloração; Com alça para transporte fácil com furo para fixação de sinalizador; Base quadrada; Base e corpo em uma só peça; Com 4 rebaixos de ±10cm de largura para alojar e proteger as 4 faixas refletivas; Peso: ±12,5kg; Altura: ±110cm; Base: ±50X50cm; Altura da base: ±20cm; Diâmetro corpo: ±40cm; Faixas Brancas Reflexivas com a frase "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO" em Preto e "BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO". Os cilindros canalizadores de tráfego devem atender, no mínimo, o exigido na Norma ABNT NBR 15692, conforme segue: 1. A Norma ABNT NBR 15692 (item 4.2 Formas e Dimensões) orienta que "A forma e as dimensões do cilindro devem atender às dimensões descritas a seguir: altura total = 105 cm a 120 cm; diâmetro da base ou distância entre lados paralelos = 60 cm a 75 cm; altura da base = 25 cm a 27 cm; diâmetro do corpo do cilindro = 40 cm a 50 cm." 2. A Norma ABNT NBR 15692 (item 4.4 Material Retrorrefletivo) orienta que "As faixas refletivas devem atender à especificação mínima das películas do tipo II conforme a ABNT NBR 14644. Devem ser de cor branca, auto-adesivas e flexíveis, e aplicadas horizontal e intercaladamente três faixas</p>	415.00	41.500,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

				com largura de 100 ± 5 mm cada ou duas faixas de 150 ± 5 mm, distribuídas adequadamente até 70 cm da altura do topo. Para verificação da película, deve ser analisado somente o fator retrorefletividade na película aplicada no corpo do cilindro, conforme ABNT NBR 15426. A película retrorefletiva deve ser suficientemente flexível, de modo que não apresente trincas ou quebras.” 3. A Norma ABNT NBR 15692 (item 4.5 Massa Total) orienta que “A massa total do cilindro canalizador de tráfego deve ser entre 7,0 Kg e 8,0 Kg, com seu reservatório vazio (sem lastro)”.		
3	PÇ	300	Exclusiva ME e EPP	Descrição: BALIZADOR CÔNICO, longo, empilhável, fabricado em polietileno, na cor laranja, com proteção contra raios UVs, resistente a intempéries (300h de intemperismo artificial mantendo suas características de cor), com dimensões aproximadas de: Altura mínima: 110 cm; - Diâmetro superior: 10 cm; - Diâmetro inferior: 20 cm; com aba reforçada de 3 cm para evitar que o balizador se solte da base. O Balizador deverá ter Topo anatômico sem furos, com aprox. 15 cm de altura X 8 cm de diâmetro, para facilitar a pega, o transporte e permitir a adaptação perfeita de sinalizadores eletrônicos sem furá-lo. O balizador deve ter peso de 1 kg (+/- 100 grs); Aplicação de 02 faixas retrorefletivas, com largura de 10 cm (+/- 0,5 cm) cada, em película autoadesiva flexível na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/13, posicionadas nos locais rebaixados, de forma a evitar que se rasguem quando do seu empilhamento e possuir na sua parte superior, logo abaixo da pega, 2 furos simétricos para passagem de fita plástica de isolamento de áreas, correntes ou cordas. Base de PVC reciclada na cor preta, formato quadrado com dimensões aproximadas de 44 cm de lado; 3,5 cm de altura, abertura de 20 cm de diâmetro e rebaixo para encaixe perfeito do balizador, com peso de 6 Kg (+/- 200 grs).	135,00	40.500,00
4	PÇ	50	Exclusiva ME e EPP	Descrição: CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL – Confeccionado em Polietileno de média densidade, na cor laranja, com proteção contra raios UVs, altura aprox. de 1,15 m e largura aprox. de 0,62 m; peso entre 7 e 8 kgs, com reservatório vazio. O Cavalete deverá possuir na parte central superior 01 alça anatômica de aprox. 0,07 x 0,11 m para facilitar o transporte e, ao lado da alça, berços próprios para fixação de sinalizador luminoso, confeccionados na	485,00	24.250,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

				<p>própria peça; Deverá possuir estrutura reforçada a fim de resistir a impactos e furo na parte interna que permita colocar areia, podendo elevar seu peso proporcionando melhor estabilidade. Sua base deverá possuir 6 pés de apoio, sendo 3 de cada lado, para melhor fixação ao solo, evitando deslocamentos involuntários. O Cavalete deverá ser articulado na parte superior por 02 parafusos sextavados zincados com 02 arruelas lisas e porcas auto-travante. Cada face do Cavalete deverá possuir 02 rebaixos, sendo 01 superior medindo aprox. 0,60 x 0,30 m e 01 inferior medindo aprox. 0,60 x 0,20 m. Nas áreas rebaixadas deverá ser aplicada película refletiva autoadesiva na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/13 (todos requisitos) com inscrição, feita pelo processo de serigrafia. A película superior deverá ter dimensões de 0,59 x 0,29 m (+/- 0,01 m) e inferior de 0,59 x 0,19 m (+/- 0,01 m). GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação e descoloração intensa. Esta película deverá ter faixas na cor laranja (translúcido) feitas através do processo de sinal impresso com pasta para serigrafia apropriada e resistente às intempéries; No rebaixo superior deveser ter a placa de regulamentação R-34 "CICLOFAIXA"; No rebaixo inferior deveser ter o "BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO" e o "SIMBOLO DA PREFEITURA DE PALMAS"</p>		
5	PÇ	50	Exclusiva ME e EPP	<p>Descrição: CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL – Confeccionado em Polietileno de média densidade, na cor laranja, com proteção contra raios UVs, altura aprox. de 1,15 m e largura aprox. de 0,62 m; peso entre 7 e 8 kgs, com reservatório vazio. O Cavalete deverá possuir na parte central superior 01 alça anatômica de aprox. 0,07 x 0,11 m para facilitar o transporte e, ao lado da alça, berços próprios para fixação de sinalizador luminoso, confeccionados na própria peça; Deverá possuir estrutura reforçada a fim de resistir a impactos e furo na parte interna que permita colocar areia, podendo elevar seu peso proporcionando melhor estabilidade. Sua base deverá possuir 6 pés de apoio, sendo 3 de cada lado, para melhor fixação ao solo, evitando deslocamentos involuntários. O Cavalete deverá ser articulado na parte superior por 02 parafusos sextavados zincados com 02 arruelas lisas e porcas auto-travante. Cada</p>	485,00	24.250,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

				<p>face do Cavalete deverá possuir 02 rebaixos, sendo 01 superior medindo aprox. 0,60 x 0,30 m e 01 inferior medindo aprox. 0,60 x 0,20 m. Nas áreas rebaixasadas deverá ser aplicada película refletiva autoadesiva na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/13 (todos requisitos) com inscrição, feita pelo processo de serigrafia. A película superior deverá ter dimensões de 0,59 x 0,29 m (+/- 0,01 m) e inferior de 0,59 x 0,19m (+/- 0,01 m) . GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação e descoloração intensa. Esta película deverá ter faixas na cor laranja (translúcido) feitas através do processo de sinal impresso com pasta para serigrafia apropriada e resistente às intempéries; No rebaixo superior devera ter a placa de regulamentação R-6a “PROIBIDO ESTACIONAR”; No rebaixo inferior devera ter o “BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO” e o “SIMBOLO DA PREFEITURA DE PALMAS”</p>		
6	PÇ	50	Exclusiva ME e EPP	<p>Descrição: CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL – Confeccionado em Polietileno de média densidade, na cor laranja, com proteção contra raios UVs, altura aprox. de 1,15 m e largura aprox. de 0,62 m; peso entre 7 e 8 kgs, com reservatório vazio. O Cavalete deverá possuir na parte central superior 01 alça anatômica de aprox. 0,07 x 0,11 m para facilitar o transporte e, ao lado da alça, berços próprios para fixação de sinalizador luminoso, confeccionados na própria peça; Deverá possuir estrutura reforçada a fim de resistir a impactos e furo na parte interna que permita colocar areia, podendo elevar seu peso proporcionando melhor estabilidade. Sua base deverá possuir 6 pés de apoio, sendo 3 de cada lado, para melhor fixação ao solo, evitando deslocamentos involuntários. O Cavalete deverá ser articulado na parte superior por 02 parafusos sextavados zincados com 02 arruelas lisas e porcas auto-travante. Cada face do Cavalete deverá possuir 02 rebaixos, sendo 01 superior medindo aprox. 0,60 x 0,30 m e 01 inferior medindo aprox. 0,60 x 0,20 m. Nas áreas rebaixasadas deverá ser aplicada película refletiva autoadesiva na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/13 (todos requisitos) com inscrição, feita pelo processo de</p>	485,00	24.250,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

				serigrafia. A película superior deverá ter dimensões de 0,59 x 0,29 m (+/- 0,01 m) e inferior de 0,59 x 0,19 m (+/- 0,01 m). GARANTIA: 1 ano contra defeitos de fabricação e descoloração intensa. Esta película deverá ter faixas na cor laranja (translúcido) feitas através do processo de sinal impresso com pasta para serigrafia apropriada e resistente às intempéries; No rebaixo superior devesse ter a placa de regulamentação R-24a “SENTIDO DE CIRCULAÇÃO” ; No rebaixo inferior devesse ter “BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO” e o “SIMBOLO DA PREFEITURA DE PALMAS”. película deverá ter faixas na cor laranja (translúcido) feitas através do processo de sinal impresso com pasta para serigrafia apropriada e resistente às intempéries; No rebaixo superior devesse ter a placa de regulamentação R-24a “SENTIDO DE CIRCULAÇÃO” ; No rebaixo inferior devesse ter “BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO” e o “SIMBOLO DA PREFEITURA DE PALMAS”.		
7	PÇ	114	Cota principal ampla concorrência	Descrição: BARREIRA OU GRADE DE PROTEÇÃO – Material Plástico, empilhável, na cor branca com proteção contra raios UVs, peso mínimo de 17 Kg, dimensões de 2.200 mm (-0/+50) de comprimento, 1.050 mm (-0/+50) de altura e 50 mm (-0/+5) de espessura; rebaixo de 270 mm de altura X 2.020 mm de comprimento na parte superior e de 120 mm de altura x 1.090 mm de comprimento, centralizado, na parte inferior, para aplicação e proteção das faixas refletivas. Área central vazada com reforço na diagonal para passagem de vento e base de borracha preta giratória, nas dimensões de 180 mm x 630 mm x 50 mm; As grades devem ter sistema de interligação através de encaixes de pinos macho e fêmea, fabricados na própria peça (peça única). A área refletiva deverá ser composta por película retrorrefletiva autoadesiva, na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/13 (todos requisitos). Esta película deverá ter faixas na cor laranja (translúcido) feitas através do processo de sinal impresso com pasta para serigrafia apropriada e resistente às intempéries. No rebaixo superior o sinal impresso deverá ter comprimento de 2.000 mm (+/- 10) e largura de 250 mm (+/- 10) e deverá ter o “BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO” centralizados no refletivo. No rebaixo inferior o sinal impresso deverá ter comprimento de	1.805,00	205.770,00

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

				1.000 mm (+/- 10) e largura de 120 mm (+/- 10). A película refletiva deverá estar disposta rente aos rebaixos, de forma a evitar seu desgaste quando forem empilhadas.		
7a	PÇ	36	Exclusiva ME e EPP	Descrição: BARREIRA OU GRADE DE PROTEÇÃO – Material Plástico, empilhável, na cor branca com proteção contra raios UVs, peso mínimo de 17 Kg, dimensões de 2.200 mm (-0/+50) de comprimento, 1.050 mm (-0/+50) de altura e 50 mm (-0/+5) de espessura; rebaixo de 270 mm de altura X 2.020 mm de comprimento na parte superior e de 120 mm de altura x 1.090 mm de comprimento, centralizado, na parte inferior, para aplicação e proteção das faixas refletivas. Área central vazada com reforço na diagonal para passagem de vento e base de borracha preta giratória, nas dimensões de 180 mm x 630 mm x 50 mm; As grades devem ter sistema de interligação através de encaixes de pinos macho e fêmea, fabricados na própria peça (peça única). A área refletiva deverá ser composta por película retrorrefletiva autoadesiva, na cor branca/prata, tipo VIII da norma ABNT NBR 14.644/13 (todos requisitos). Esta película deverá ter faixas na cor laranja (translúcido) feitas através do processo de sinal impresso com pasta para serigrafia apropriada e resistente às intempéries. No rebaixo superior o sinal impresso deverá ter comprimento de 2.000 mm (+/- 10) e largura de 250 mm (+/- 10) e deverá ter o “BRASÃO DA FISCALIZAÇÃO” centralizados no refletivo. No rebaixo inferior o sinal impresso deverá ter comprimento de 1.000 mm (+/- 10) e largura de 120 mm (+/- 10). A película refletiva deverá estar disposta rente aos rebaixos, de forma a evitar seu desgaste quando forem empilhadas.	1.805,00	64.980,00
8	PÇ	15	Exclusiva ME e EPP	Descrição: SETA ELETRÔNICA – Flexível luminosa e refletiva formada por uma manta plástica resistente às intempéries com acabamento dupla-face na cor vermelha com medidas aproximadas de 85 cm de comprimento x 45 cm de altura e espessura não superior a 3 mm de forma a permitir que o produto possa ser dobrado ou enrolado ficando com sua espessura não superior a 3 cm e suas dimensões máximas de 20 cm x 50 cm. Peso aproximado de 0,650 Kg. Sobre a superfície da manta deverá ser fixada, por meio de solda eletrônica, 4 setas retro refletivas micro prismáticas na cor prata, sendo que cada seta deverá ter aproximadamente 6 cm de largura x 34 cm de altura e possuir o mínimo de 11 LEDs de alto brilho na cor branca embutidos e protegidos por uma capa plástica rígida soldada à sua volta. O sistema luminoso deverá ser piscam-te e sequencial direcional ao	298,00	4.470,00

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

				sentido da seta, com fiação interna embutida e alimentação por meio de 3 pilhas alcalinas tamanho AA (<i>inclusas</i>) alojadas em bolsa própria no verso da seta e protegidas com fechamento por velcro. Autonomia de aproximadamente 100 horas. O sistema de fixação da manta à superfície de trabalho deverá ser por meio de no mínimo 08 ímãs encapados para não arranhar a superfície metálica das viaturas e 08 ilhoses metálicos, posicionados ao seu redor. O botão liga/desliga deverá estar embutido e colocado no lado das setas. Acompanha bolsa para proteção da seta.		
--	--	--	--	---	--	--

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

MODELOS DOS PRODUTOS
ANEXO –“A” DAS ESPECIFICAÇÕES – ANEXO I



Item 1 - CONE PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA



Item 1a - CONE PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA



Item 2 - CONE PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP



Item 03 BALIZADOR CONICO



Item 04 CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP



Item 05 CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL



Item 06 CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP



Item 07-: BARREIRA OU GRADE DE PROTEÇÃO



Item 7a BARREIRA OU GRADE DE PROTEÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP



Item 08 SETA ELETRÔNICA

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA



Data: 23/03/2017 Nº: 38

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE – SEISTT

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS / TERMO DE REFERÊNCIA

(art. 14 da Lei nº 8666/93)

1 - Identificação do demandante:

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte - SEISTT

Gabinete do Secretário: **Luiz Carlos Alves
Teixeira**

Fone: 2111-0600

Email: dgf.financas@gmail.com

2 – Objeto: O presente tem por finalidade, **REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisição de materiais de sinalização visando a reduções dos índices de violência no trânsito através de sinalização apropriada para os eventos de pequena, média e grande monta, fiscalização e orientação viária. Dotar Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte - SEISTT, por meio da Superintendência de Trânsito e Transporte de mecanismos adequados, o que envolve a aquisição de equipamentos próprios de sinalização viária com base no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3 - Recursos Vinculados. Recursos Puópios

4 - Justificativa: Para tornar publico e transparente o processo de aquisição de equipamentos, a Superintendência de Trânsito e Transporte, elabora este Termo de Referência, relativo aquisição de equipamentos de Sinalização Viária para sinalizar, dividir e interditar áreas, para atender os serviços de fiscalização e operação de trânsito e especificamente a Operação Lei Seca Eu Apoio em nossa Capital. Esta aquisição é necessária já que esses equipamentos desgastam-se com o tempo e a ultima aquisição foi em 2015, e hoje contamos com apenas 35 cones número insuficiente para atender a demanda de operação e fiscalização de trânsito, eventos promovidos pelo poder municipal, estadual e federal.

5 - QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

Funcional programática	Natureza da despesa Subitem	Fonte	Ficha	Valor
26.451.0313.4115 - PPP- P - Manutenção das operações de fiscalização de trânsito	3.3.90.30 - 4400	0090.00.103	20175326	906.970,00

7 - Valor estimado/cotação.

R\$ 906.970,00 (Novecentos e seis mil novecentos e setenta reais)

8 - PLAZO PARA ENTREGA E EXECUÇÃO: Conforme Anexo I/Termo de Referência

9 - LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO: Conforme Anexo I/Termo de Referência

10 - CONDIÇÕES GERAIS: Conforme Anexo I - Termo de Referência

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

ANEXO “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Objeto: o presente tem por finalidade, **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de materiais para sinalização visando a Reduções dos índices de violência no trânsito através de sinalização apropriada para os eventos de pequena, média e grande monta, fiscalização e orientação viária. Dotar Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte - SEISTT, por meio da Superintendência de Trânsito e Transporte de mecanismos adequados, o que envolve a aquisição de equipamentos próprios de sinalização viária com base no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

2 - Justificativa: Para tornar publico e transparente o processo de aquisição de equipamentos, a Superintendência de Trânsito e Transporte, elabora este Termo de Referência, relativo aquisição de equipamentos de Sinalização Viária para sinalizar, dividir e interditar áreas, para atender os serviços de fiscalização e operação de trânsito e especificamente a Operação Lei Seca Eu Apoio em nossa Capital. Esta aquisição é necessária já que esses equipamentos desgastam-se com o tempo e a ultima aquisição foi em 2015, e hoje contamos com apenas 35 cones número insuficiente para atender a demanda de operação e fiscalização de trânsito, eventos promovidos pelo poder municipal, estadual e federal.

3 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. Entregar no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato ou retirada/recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente para entrega dos materiais;

3.2. Local para entrega: será no Almoxarifado Central da Prefeitura de Palmas, localizado no – Palmas-Tocantins;

3.3. A vistoria será realizada no momento da fiscalização da entrega e será feita por representante (executor de contrato) ou comissão de recebimento, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirão no curso da entrega dos materiais e de tudo dará ciência, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e de acordo com o Decreto das Normas de Execução Orçamentária Financeira do Município de Palmas.

3.4. O material será recebido **provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos bens, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

3.5. O material será recebido **definitivamente:** no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4 - GARANTIA

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

4.1. A garantia deverá ser fornecida pelo fabricante e não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da nota fiscal. Para o item 8 – Cavalete Plástico, a garantia será de 2 anos contra descoloração intensa.

4.2. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que consta no termo de garantia de seus produtos, não conflitando com o código de defesa do consumidor brasileiro.

4.3. A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos produtos que apresentarem defeitos durante o prazo de vigência da garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da notificação emitida pela CONTRATANTE.

4.4. O dever, previsto no item anterior, implica na obrigação de, a critério da CONTRATANTE, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias, o material com avarias, defeitos ou fora da especificação, a partir da solicitação do SEISTT/Superintendência de Trânsito e Transporte.

5 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes.

5.2. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por culpa, dolo ou negligência durante a execução do Contrato, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento por ventura efetuado pela SEISTT.

5.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução dos serviços, que não terá qualquer vínculo empregatício com a SEISTT.

5.5. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, no que concerne aos direitos e deveres assegurados pelas leis trabalhistas e previdenciárias, bem ainda pelas demais exigências legais inerentes ao objeto deste Termo de Referência.

5.6. Manter um representante em contato direto e constante com a Superintendência de Trânsito e Transporte/SEISTT, durante a execução do contrato, bem como indicar o responsável para acionamentos referentes ao Termo de Garantia.

5.7. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da entrega do material, tais como: transporte, taxas e pessoal.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.8. Providenciar o despacho, o transporte e a entrega dos materiais solicitados, às suas expensas, sem qualquer ônus para a contratante, no endereço da solicitante dentro dos prazos estipulados.

6 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da(s) contratada(s), após a efetiva entrega dos bens e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de sua equipe técnica, de acordo com a Lei 8.666/63 e posteriores alterações.

6.3. Devolver todo e qualquer bem que estiver em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência, solicitando expressamente a sua substituição.

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

6.5. Solicitar a substituição dos bens que apresentarem defeitos de fabricação.

6.6. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

7 DA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS BENS

A Superintendência de Trânsito e Transporte, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte - SEISTT exigirá **AMOSTRA** e/ou **CATÁLOGOS** de TODOS OS ITENS e **RELATÓRIOS DE ENSAIOS** dos ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 antes da **homologação** da Licitação com o objetivo de analisar a conformidade dos materiais ofertados com o mínimo exigido neste Termo de Referência. As Amostras, Catálogos e os Relatórios de Ensaio serão analisados por Comissão de Análise Técnica que será nomeada pela SEISTT. A Comissão de Análise Técnica da SEISTT será designada por ato administrativo do Superintendente de Trânsito e Transporte e chefiada pelo gerente da Gerência de Fiscalização de Trânsito, sendo integrada pelos chefes de Divisão do Grupo de Fiscalização e por mais um membro a ser indicado pelo gerente da GERFIT, cabendo-lhes análise das amostras, relatórios, documentação e num momento futuro acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, assim como atestar os documentos fiscais correspondentes, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

7.1. A licitante convocada que atender o disposto acima deverá enviar à Comissão de Análise Técnica da SEISTT 1 (uma) AMOSTRA do item arrematado, juntamente com o CATÁLOGO e os RELATÓRIOS DE ENSAIOS dos ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 (cópias autenticadas por cartório ou originais). – O licitante deverá apresentar amostra em caráter formal de todos os materiais à equipe técnica da SEISTT, conforme estabelecido nas especificações definidas no ANEXO I deste Termo de referência As amostras devem ser encaminhadas em até **05 (cinco) dias úteis** após convocação do

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

pregoeiro para a sede da Superintendência de Trânsito e Transporte, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte – SEISTT, localizada na Quadra 104 Sul, Av. JK, Lote 28-A, Edifício Via Nobre Empresarial, 3º andar, Palmas-Tocantins, aos cuidados da equipe técnica. As amostras deverão ser identificadas na face externa com o número do pregão, o item e o nome da empresa licitante, a fim de ser analisadas pela equipe técnica da SEISTT. A empresa que apresentar amostra em desacordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência será desclassificada. A amostra rejeitada ficará à disposição da empresa, a partir da data de homologação do certame. As amostras aprovadas serão encampadas no lote de bens destinados à entrega final, para fins de comparação com o material entregue e, portanto serão computadas no quantitativo a ser adquirido.

7.2. Considera-se CATÁLOGO, documentação oficial da fabricante: catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pela fabricante em português; ou documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial da fabricante, devendo, nesse caso, ser indicado o endereço eletrônico da fabricante com menção à página de que consta a informação apresentada;

7.3. Para apreciação das amostras, a Comissão terá verificará o atendimento mínimo às especificações técnicas do presente Termo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, utilizando-se de equipamentos de medição se necessário bem como a ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ENSAIOS dos ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 através dos seguintes quesitos abaixo discriminados.

ITEM 01 – CONE PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA: Atendimento à Refletividade e Peso: Apresentar Relatório de Ensaio, em original, emitido em nome do fabricante da película, que comprove a **Refletividade do material refletivo de acordo com a especificação técnica e a Norma NBR 14.644 e NBR 15.071.**

ITEM 02 – CONE BARRIL OU SUPER CONE: Atendimento à Refletividade e Peso: Apresentar Relatório de Ensaio, em original, emitido em nome do fabricante da película, que comprove a **Refletividade do material refletivo de acordo com a especificação técnica e a Norma NBR 14.644 e NBR 15.692.**

ITEM 03 – BALIZADOR CÔNICO: Atendimento à Refletividade e Peso: Apresentar Relatório de Ensaio, em original, emitido em nome do fabricante da película, que comprove a **Refletividade do material refletivo de acordo com a especificação técnica e a Norma NBR 14.644.**

ITEM 04,05 e 06 – CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL: Atendimento ao Peso e Intemperismo Artificial: Apresentar Relatório de Ensaio, em nome da licitante, que comprove que o CAVALETE PLÁSTICO DOBRÁVEL atende ao **peso especificado e exposição ao intemperismo artificial – mínimo 300 hs (método ASTM G-153)**, emitido por laboratório associado a ABIPITI – Associação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica apto para fazer as análises e o Relatório.

Atendimento à NBR 14.644: Apresentar Relatório de Ensaio, em original, emitido em nome do fabricante da película, que comprove a **Refletividade, Adesão e Exposição ao intemperismo do material refletivo**, de acordo com a norma ABNT NBR 14.644, emitido por laboratório associado a ABIPITI – Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica apto para fazer as análises e o Relatório.

ITEM 07 – BARREIRA OU GRADE DE PROTEÇÃO: Atendimento à NBR 14.644: Apresentar Relatório de Ensaio, em original, emitido em nome do fabricante da película, que comprove a **Refletividade, Adesão e Exposição ao intemperismo do material refletivo**, de acordo com a norma ABNT NBR 14.644, emitido por laboratório associado a ABIPITI – Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica apto para fazer as análises e o Relatório.

6.4. A proposta comercial deve obrigatoriamente ser entregue acompanhada da amostra para conferência e análise da Comissão de Recebimento.

Alexandre Augusto Guerreiro
Superintendente de Trânsito

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

ANEXO III - Minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo: 2017017164
Pregão Eletrônico - SRP nº ____/2017
Ata de Registro de Preços nº ____/2017
Autorização do GGG nº 073/2017
Validade da Ata: 12 (doze) meses

O **MUNICÍPIO DE PALMAS** por meio da Secretaria Municipal de Finanças, com sede na Quadra 502 Sul, Av. NS-02, Conj. 01, Ed. Buriti, 1º andar, Palmas-TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.851.511/0009-32, neste ato representada pelo Superintendente de Compras e Licitações, Antonio Luiz Cardozo Brito, inscrito no CPF sob o nº 485.256.421-34, portador da Carteira de Identidade nº 689.822 SSP/TO, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar Federal 123/2006 e alterações da 147/2014, e no Decreto Municipal nº 946, de 14 de janeiro de 2015, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, considerando a classificação das propostas e a respectiva homologação da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. ____/2017**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa doravante denominada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, destinado às futuras aquisições sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

13.3.1.1. O objeto do presente Instrumento é o registro de preços, visando a futura aquisição de materiais de sinalização (cones, cavaletes plástico dobrável, grades e outros), para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte – SEISTT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO:

2.1. Fornecedor registrado:

Empresa:
CNPJ/MF:
Endereço:
Telefone:
Representante:
Item:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS:

3.1. Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	UND	%	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

3.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR convocar o FORNECEDOR registrado para negociar o novo valor, bem como no caso de desequilíbrio-econômico financeiro poderá o FORNECEDOR solicitar revisão dos preços registrados:

3.2.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

3.2.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

3.2.3. Para a concessão da revisão de preços, o FORNECEDOR deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos;

3.2.4. Caso o ÓRGÃO DEMANDANTE já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que o FORNECEDOR realize o fornecimento dos objetos, e caso ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s);

3.2.5. O ÓRGÃO GERENCIADOR terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do pleito, para análise dos pedidos de revisão recebidos;

3.2.6. Durante esse período, o FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dos objetos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo ÓRGÃO GERENCIADOR. Nesse caso, o ÓRGÃO DEMANDANTE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos objetos empenhados após a revisão;

3.2.7. O FORNECEDOR obrigar-se-á a realizar as entregas dos objetos pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

3.2.8. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; e

3.2.9. Caso o FORNECEDOR registrado se recusar a baixar os seus preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá liberá-lo do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando à igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA:

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.1. As especificações constantes nesta Ata de Registro de Preços vinculam-se ao processo nº 2017017164, do qual é parte integrante e complementar independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. O FORNECEDOR registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

6.2. O cancelamento do seu registro poderá ocorrer:

6.2.1. A pedido do próprio FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata.

6.2.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR registrado:

a) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, bem como do Edital de Licitação;

b) der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento;

6.4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial do Município de Palmas/TO, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

6.5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do ÓRGÃO GERENCIADOR, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração à aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.6. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o ÓRGÃO GERENCIADOR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. Caberá ao órgão aderente à Ata de Registro de Preços verificar junto ao FORNECEDOR a capacidade de fornecimento dos objetos registrados, bem como consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR sobre a sua anuência.

7.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos objetos decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR;

7.3. Os fornecimentos adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o ÓRGÃO GERENCIADOR.

7.4. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados.

7.5. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

7.6. Compete ao órgão, não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE AQUISIÇÃO:

8.1. As aquisições decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO DEMANDANTE, mediante emissão da nota de empenho e/ou contrato.

8.2. Os quantitativos dos objetos a serem fornecidos, pelo FORNECEDOR, a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO DEMANDANTE, dentre os objetos registrados nesta Ata.

8.3. A existência de preços registrados não obriga ao ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

9.1. Os objetos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, localizada na Quadra 1212 Sul, Avenida LO-27, esq. c/ NS-10, Palmas - TO, de segunda a sexta-feira no horário da 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 18:00 horas.

9.2. Os objetos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contados a partir do recebimento da nota de empenho pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

10.1. O ÓRGÃO DEMANDANTE expedirá "Termo de Recebimento Provisório", o qual deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento e representante do FORNECEDOR, para efeito de posterior verificação da conformidade dos objetos com as especificações constantes nesta Ata e no Termo de Referência.

10.2. Após a verificação da qualidade e quantidade dos objetos e consequente aceitação, o ÓRGÃO DEMANDANTE emitirá o "Termo de Recebimento Definitivo", ou atesto da(s) nota(s) fiscal(is) pelo responsável pelo recebimento.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança, nem ético profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este Instrumento.

10.4. O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA:

11.1. Todos os objetos deverão ser de acordo com o especificado nesta Ata e no Termo de Referência, e sem avarias.

11.2. A garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo do objeto, para a prestação dos serviços de garantia e assistência técnica, sob responsabilidade integral do FORNECEDOR.

11.3 O FORNECEDOR deverá substituir qualquer produto defeituoso, dentro das condições da garantia, no que couber, sem ônus adicionais ao ÓRGÃO DEMANDANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de multa, por dia de atraso, no valor de 5% sobre o preço do produto a ser substituído.

11.4 Caso seja efetuada a substituição de algum produto devido a falhas/problemas, o prazo de garantia passa a ser contado novamente a partir do momento do aceite definitivo do novo objeto.

11.5. Os produtos decorrentes da garantia deverão ser consertados por assistência técnica autorizada pelo fabricante do objeto.

11.6 A garantia deverá ser fornecida pelo fabricante e não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da nota fiscal. Para o item 8 – Cavalete Plástico, a garantia será de 2 anos contra descoloração intensa.

11.7 A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que consta no termo de garantia de seus produtos, não conflitando com o código de defesa do consumidor brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E EXCLUSIVO PARA ME e EPP

12.1. O FORNECEDOR deverá apresentar nota fiscal, correspondente aos objetos efetivamente entregues.

12.2. Em caso de fornecimento de produtos importados, juntamente com a nota fiscal deverá ser apresentado documento que comprove a origem dos produtos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, se for o caso, sob pena de rescisão e multa.

12.3. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Se o FORNECEDOR for isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

12.4. O ÓRGÃO DEMANDANTE reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados do FORNECEDOR ou, ainda, se o objeto entregue não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

12.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da nota fiscal, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

12.6. O atesto é condição indispensável para o pagamento, podendo ser comprovado e realizado pelo gestor através de apresentação da nota fiscal devidamente atestada, confirmando o seu recebimento.

12.7. Na ausência do responsável pelo recebimento (férias, licença ou em viagem por interesse do ÓRGÃO DEMANDANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.

12.8. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

12.9. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Registro de Preços do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO DEMANDANTE:

13.1. O ÓRGÃO DEMANDANTE obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente ao Sistema de Registro de Preços;

13.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

13.1.3. Receber os objetos de acordo com as disposições desta Ata e do Termo de Referência;

13.1.4. Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos objetos, providenciando as necessárias medidas para regularização de irregularidades levantadas;

13.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017

REGISTRO DE PREÇOS

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- 13.1.6. Efetuar o pagamento na forma estabelecida;
- 13.1.7. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento;
- 13.1.8. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR e pertinente aos objetos desta Ata;
- 13.1.9. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear as aquisições decorrentes desta Ata;
- 13.1.10. Processar e liquidar a fatura correspondente, por meio de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao FORNECEDOR;
- 13.1.11. Zelar para que durante a vigência desta Ata de Registro de Preços sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte do FORNECEDOR, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 13.1.12. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do FORNECEDOR, o preço registrado, os quantitativos disponíveis e as especificações dos objetos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- 13.1.13. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

14.1. O FORNECEDOR obriga-se a:

- 14.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços;
- 14.1.2. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento da ata de registro de preços, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias para que o objeto seja entregue;
- 14.1.3. Atender ao pedido de conformidade com as requisições emitidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, a partir da homologação da ata de registro de preços;
- 14.1.4. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional contratada, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outrem a responsabilidade por problemas na prestação do objeto;
- 14.1.5. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento dos objetos;
- 14.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta aquisição, salvo mediante prévia e expressa autorização do ÓRGÃO DEMANDANTE ;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

14.1.7. Prestar formalmente as informações e os esclarecimentos solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR OU ÓRGÃO DEMANDANTE ;

14.1.8. Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referentes ao transporte e embalagem do material;

14.1.9. Disponibilizar pessoal em quantidade suficiente a atender a descarga do material, assegurando-lhe equipamentos indispensáveis ao serviço;

14.1.10. Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

15.1. A gestão desta Ata será efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR (Secretaria de Finanças), através da Superintendência de Compras e Licitações a quem cabe o gerenciamento deste instrumento no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com o Parágrafo único do art. 2º do Decreto Municipal nº 946/2015.

15.2. A fiscalização da execução será realizada pelo ÓRGÃO DEMANDANTE, a quem cabe a designação dos responsáveis pelo acompanhamento da execução do objeto.

15.3. A gestão e fiscalização dos contratos que vierem a ser firmados serão efetuadas por servidor designado pelo ÓRGÃO DEMANDANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. O FORNECEDOR que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2. Subsidiariamente, nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, o ÓRGÃO DEMANDANTE poderá, garantida a prévia defesa do FORNECEDOR, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, quando o FORNECEDOR deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes

b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR ressarcir o ÓRGÃO DEMANDANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

16.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo ÓRGÃO DEMANDANTE ou cobrada judicialmente.

16.5. Além das penalidades citadas, o FORNECEDOR ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

Após lida e achada conforme, a presente ata é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR supracitados.

Palmas - TO, de de 2017.

Órgão Gerenciador
Superintendência de Compras e Licitações

Pregoeiro

Equipe de Apoio

Fornecedor Registrado

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP

MODELO 1 – Declaração de Compromisso

(Em papel timbrado da empresa)

Palmas-TO,de de 2017.
Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2017.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do(s) objeto(s)/item(ens)*)

Declaramos, sob as penalidades legais, que o(s) produto(s) apresentado(s) nas AMOSTRA E OU CATÁLOGOS, para fins de classificação da proposta, conforme item 6.3.1 a) do Edital, serão os mesmos entregues, quando da adjudicação do certame.

Local e data.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 24% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP